

**Nota Técnica - SEI nº 5/2025/COAUD/CA-EBSERH**

Processo nº 23477.014999/2025-30

INTERESSADOS: SECRETARIA GERAL; DIRETORIA EXECUTIVA; CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CA;  
CONSELHO FISCAL - CF.

**1. INTRODUÇÃO**

1.1. O art. 80 do Estatuto Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, estabelece as competências abaixo declinadas ao Comitê de Auditoria - COAUD (grifo e negrito nosso):

[...]

Art. 80. Compete ao Comitê de Auditoria, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação:

I - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;

**II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Ebserh;**

**III - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Ebserh;**

**IV - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Ebserh;**

V - avaliar e monitorar exposições de risco da Ebserh, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

a) remuneração da administração;

b) utilização de ativos da Ebserh; e

c) gastos incorridos em nome da Ebserh.

VI - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração da Ebserh e a área de auditoria interna, a adequação e o fiel cumprimento das transações com partes relacionadas aos critérios estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas e sua divulgação;

VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras.

[...]

1.2. Nesse contexto, foi realizado o exame técnico das Demonstrações Contábeis - DCs da Ebserh, do I Trimestre de 2025 (SEI nº 50385352), disponibilizadas no Processo SEI nº 23477.014999/2025-30, em consonância com o conograma estabelecido pela Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF, em conjunto com os Auditores Independentes

**2. DA TEMPORALIDADE DA APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES**

2.1. O conjunto documental foi oficialmente recepcionado pelos membros do COAUD, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, em 1º de julho de 2025, constatando-se um intervalo de tempo adequado, entre o recebimento e a análise dos documentos enviados.

2.2. Para além disso, o Serviço de Contabilidade - SC/CONT/DOF efetuou, em 3 de junho de 2025, o envio da versão preliminar das DCs do período em análise, por intermédio de correio eletrônico, o que possibilitou a apreciação analítica dos temas apresentados.

**3. DOS ASPECTOS PREPARATÓRIOS DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

3.1. Além do recebimento formal dos autos em tela, foram realizada reuniões técnicas entre o COAUD e a DOF,

- 143ª Reunião Ordinária do COUAD, em 16 de maio de 2025.
- 146ª Reunião Ordinária do COUAD, em 10 de junho de 2025.

#### 4. OPINIÃO DO COAUD

4.1. Com base nas informações recebidas, o COAUD opina que:

**- As DCs da Ebserh, relativas ao I Trimestre de 2025, estão aptas a serem apreciadas pelo CA, conforme preceitua o art. 44, inciso XIV, do Estatuto Social da Empresa, in verbis (grifo e negrito nosso):**

[...]

#### **CAPÍTULO VII DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

...

#### **Seção VI Das Competências**

Art. 44. Compete ao Conselho de Administração:

...

**XIV - analisar, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela empresa, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;**

[...]

#### 5. BASE PARA A OPINIÃO DO COAUD

5.1. Os registros contábeis que lastrearam a elaboração das DCs foram processados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, sistema de informação oficial de contabilidade e finanças do Poder Executivo Federal, tendo sido apresentado o conjunto de demonstrativos contábeis preconizado pela Lei nº 6.404/1976 (SEI nº 50385352), combinado com o Estatuto Social da Empresa, quais sejam (Santos, 2022):

- I) Balanço Patrimonial - BP.
- II) Demonstração do Resultado - DRE.
- III) Demonstração do Resultado Abrangente - DRA.
- IV) Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC.
- V) Demonstração do Valor Adicionado - DVA.
- VI) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.
- VII) Notas Explicativas - NEs.

5.2. Neste sentido, o conjunto documental contábil foi elaborado:

- a) Conforme a Lei nº 6.404/1976, no que se refere aos aspectos relacionados à Contabilidade Societária.
- b) Em linhas gerais, em obediência ao que preceitua o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

5.3. Destacamos as principais NEs (páginas 3, 4 e 5, bem como o item 38. CONCILIAÇÃO SIAFI e DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS (página 34), em atendimento ao Acórdão nº 2016/2006, do e. Tribunal de Contas da União - TCU:

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

| R\$1,00                               |      |                  |                  |
|---------------------------------------|------|------------------|------------------|
| ATIVO                                 | NOTA | 31.03.2025       | 31.12.2024       |
| Circulante                            |      | 1.913.973.550,75 | 2.608.379.599,49 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa         | 4    | 1.083.445.250,39 | 1.766.185.207,40 |
| Valores a Curto Prazo                 | 5    | 3.503.551,89     | 737.643,33       |
| Subvenção de Custeio a Receber        | 6    | 206.986.547,95   | 211.714.819,43   |
| Adiantamentos e Créditos a Receber    | 7    | 59.472.771,67    | 111.440.637,59   |
| Estoques                              | 8    | 560.565.428,85   | 518.301.291,74   |
| Não Circulante                        |      | 1.408.061.569,19 | 1.329.051.235,24 |
| Valores a Longo Prazo                 | 5    | 4.879.369,64     | 4.879.369,64     |
| Depósitos Judiciais                   | 9    | 44.874.575,76    | 47.192.189,02    |
| Imobilizado                           | 10   | 1.314.216.940,49 | 1.229.633.449,95 |
| Bens Móveis                           | 10.1 | 1.355.632.024,16 | 1.264.494.670,12 |
| Depreciação Bens Móveis               | 10.3 | (322.362.260,96) | (298.662.510,27) |
| Redução a Valor Recup. de imobilizado | 10.3 | (12.365.210,23)  | (12.365.744,74)  |
| Bens Imóveis                          | 10.2 | 313.842.279,87   | 294.559.092,49   |
| Depreciação Bens Imóveis              | 10.3 | (20.529.892,35)  | (18.392.057,65)  |
| Intangível                            | 11   | 44.090.683,30    | 47.346.226,63    |
| Direito de uso de Bens                | 11   | 51.505.634,88    | 48.560.734,20    |
| Softwares                             | 11   | 63.246.947,73    | 63.052.846,31    |
| Amortização Bens Intangíveis          | 11   | (67.863.982,51)  | (61.469.437,08)  |
| Redução a Valor Recup. de intangível  | 11   | (2.797.916,80)   | (2.797.916,80)   |
| TOTAL DO ATIVO                        |      | 3.322.035.119,94 | 3.937.430.834,73 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

| PASSIVO                                            | NOTA | 31.03.2025         | 31.12.2024         |
|----------------------------------------------------|------|--------------------|--------------------|
| Circulante                                         |      | 1.951.445.357,97   | 1.861.045.733,90   |
| Obrigações Trabalhistas a Pagar                    | 12   | 1.277.169.743,90   | 1.201.389.036,46   |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo        | 13   | 113.136.002,09     | 78.561.643,32      |
| Retenções de Impostos, Contribuições               | 14   | 212.599.818,67     | 302.835.247,63     |
| Obrigações Transitórias a Curto Prazo              | 15   | 339.415.820,37     | 266.261.241,17     |
| Arrendamentos CP                                   | 16   | 9.123.972,94       | 11.998.565,32      |
| Não Circulante                                     |      | 1.338.283.342,02   | 1.977.536.395,37   |
| Receita Diferida (Subvenções)                      | 17   | 874.142.089,21     | 1.540.885.709,34   |
| Arrendamentos LP                                   | 16   | 7.882.063,25       | 8.236.803,79       |
| Contingência para Indenizações Trabalhistas        | 18   | 436.424.135,40     | 404.543.400,47     |
| Contingência para Indenizações Cíveis              | 18   | 19.835.054,16      | 23.870.481,77      |
| Patrimônio Líquido                                 |      | 32.306.419,95      | 98.848.705,46      |
| Capital Social Realizado                           | 19   | 1.136.787.560,37   | 1.136.787.560,37   |
| Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC | 20   | 197.583.537,34     | 179.961.999,00     |
| Prejuízos Acumulados                               | 21   | (1.302.064.677,76) | (1.217.900.853,91) |
| TOTAL DO PASSIVO                                   |      | 3.322.035.119,94   | 3.937.430.834,73   |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (DR)

| R\$1,00                                               |      |                         |                         |
|-------------------------------------------------------|------|-------------------------|-------------------------|
| DESCRIÇÃO                                             | Nota | 01.01.2025 a 31.03.2025 | 01.01.2024 a 31.03.2024 |
| Receita Bruta                                         | 22   | 97.953.760,82           | 39.949.359,73           |
| Receita com Serviços                                  |      | 97.953.760,82           | 39.949.359,73           |
| Receita de Serviços e Exploração                      | 22   | 97.953.760,82           | 39.949.359,73           |
| Deduções da Receita                                   |      | -                       | -                       |
| Receita Operacional Líquida                           |      | 97.953.760,82           | 39.949.359,73           |
| Custo dos Serviços Prestados                          | 23   | -                       | -                       |
| Resultado Bruto                                       |      | 97.953.760,82           | 39.949.359,73           |
| Despesas Operacionais                                 |      | (3.067.056.129,15)      | (2.629.791.794,63)      |
| Despesa com Pessoal, Encargos e Benefícios            | 24   | (2.204.200.430,73)      | (1.884.202.003,87)      |
| Remuneração a Pessoal                                 | 24.1 | (1.488.209.001,60)      | (1.326.908.627,14)      |
| Encargos Patronais                                    | 24.2 | (540.215.500,48)        | (438.935.057,84)        |
| Benefícios a Pessoal                                  | 24.3 | (167.901.647,40)        | (112.727.124,48)        |
| Outras Despesas com Pessoal e Encargos                | 24.4 | (7.874.281,25)          | (5.631.194,41)          |
| Despesa com Uso de Bens e Serviços                    |      | (796.133.774,17)        | (667.343.459,34)        |
| Uso de Material de Consumo                            | 25   | (303.540.365,15)        | (256.514.860,50)        |
| Serviços Tomados                                      | 26   | (492.593.409,02)        | (410.828.598,84)        |
| Despesa com Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis        |      | (33.882.828,56)         | (27.611.777,98)         |
| Depreciação, Amortização e Impairment                 | 27   | (33.306.208,40)         | (26.006.500,04)         |
| Perdas Involuntárias e Desfazimentos                  | 28   | (576.620,16)            | (1.605.277,94)          |
| Contingência para Riscos Fiscais                      | 29   | (31.956.057,40)         | (45.828.452,37)         |
| Contingência para Riscos Fiscais Trabalhistas         |      | (31.956.057,40)         | (45.291.294,15)         |
| Contingência para Riscos Fiscais Cíveis               |      | -                       | (537.158,22)            |
| Despesas Tributárias                                  | 30   | (775.243,74)            | (594.727,56)            |
| Impostos, Taxas e Contribuições                       |      | (775.243,74)            | (594.727,56)            |
| Outras Despesas                                       | 31   | (107.794,55)            | (4.211.373,51)          |
| Resultado Antes das Rec./Desp. Financeiras            |      | (2.969.102.368,33)      | (2.589.842.434,90)      |
| Resultados Financeiros                                |      | 1.109.504,40            | 336.533,44              |
| Receitas Financeiras                                  | 32   | 1.527.781,15            | 389.053,07              |
| Despesas Financeiras                                  | 33   | (418.276,75)            | (52.519,63)             |
| Resultado antes da Subvenção do Tesouro Nacional      |      | (2.967.992.863,93)      | (2.589.505.901,46)      |
| Subvenção do Tesouro Nacional                         | 34   | 2.889.184.105,05        | 2.573.662.709,95        |
| Subvenção do Tesouro Nacional                         |      | 2.411.968.543,56        | 2.097.621.349,46        |
| Subvenção de Custeio SUS                              |      | 477.215.561,49          | 476.041.360,49          |
| Resultado antes da Cont. Social Sobre o Lucro Líquido | 35   | (78.808.758,88)         | (15.843.191,51)         |
| Provisão Contribuição Social                          |      | -                       | -                       |
| Resultado antes do Imposto de Renda                   |      | (78.808.758,88)         | (15.843.191,51)         |
| Provisão para Imposto de Renda                        |      | -                       | -                       |
| Resultado do Período                                  | 36   | (78.808.758,88)         | (15.843.191,51)         |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

| R\$ 1,00                                                |                         |                         |
|---------------------------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| DESCRIÇÃO                                               | 01.01.2024 à 31.03.2025 | 01.01.2024 à 31.03.2024 |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais              |                         |                         |
| Resultado do Período                                    | (78.808.758,88)         | (15.843.191,51)         |
| Ajustes ao Lucro Líquido                                | 54.721.838,66           | 58.660.808,47           |
| Ajustes de Exercícios Anteriores                        | (5.355.064,97)          | (4.688.090,32)          |
| Depreciação e Amortização                               | 32.232.130,82           | 25.752.528,78           |
| Redução a Valor Recup. de Imobilizado                   | (534,51)                | (51.367,27)             |
| Contingência para Indenizações Trabalhistas             | 31.880.734,93           | 37.258.849,92           |
| Contingência para Indenizações Cíveis                   | (4.035.427,61)          | 388.887,36              |
| Resultado do Período Ajustado                           | (24.086.920,22)         | 42.817.616,96           |
|                                                         |                         |                         |
| Redução (ou Aumento) nos ativos operacionais            | 13.983.704,99           | (1.550.841.356,34)      |
| Subvenção de Custeio SUS a Receber                      | 4.728.271,48            | (1.527.843.893,11)      |
| Valores a Curto Prazo                                   | (2.765.908,56)          | 8.170.622,40            |
| Adiantamentos e Créditos a Receber                      | 51.967.865,92           | (9.433.361,09)          |
| Estoques                                                | (42.264.137,11)         | (19.216.857,14)         |
| Valores a Longo Prazo                                   | -                       | -                       |
| Depósitos Judiciais                                     | 2.317.613,26            | (2.517.867,40)          |
|                                                         |                         |                         |
| Aumento (ou redução) nos passivos operacionais          | (573.469.403,68)        | 1.549.343.547,68        |
| Obrigações Trabalhistas a Pagar                         | 75.780.707,44           | 83.653.029,56           |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo             | 34.574.358,77           | 13.951.760,82           |
| Retenções de Impostos, Contribuições                    | (90.235.428,96)         | (57.648.992,42)         |
| Obrigações Transitórias a Curto Prazo                   | 73.154.579,20           | 27.088.226,56           |
| Subvenção a Realizar                                    | (666.743.620,13)        | 1.482.299.523,16        |
|                                                         |                         |                         |
| Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais      | (583.572.618,91)        | 41.319.808,30           |
|                                                         |                         |                         |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento           |                         |                         |
| Adição de Imobilizado                                   | (110.420.541,42)        | (113.109.435,50)        |
| Adição de Intangível                                    | (194.101,42)            | (636.162,52)            |
| Direito de Uso Bens (Contrato de Arrendamento)          | (6.174.233,60)          | (3.666.895,07)          |
| Fluxo de Caixa líquido das Atividades de Investimentos  | (116.788.876,44)        | (117.412.493,09)        |
|                                                         |                         |                         |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento          |                         |                         |
| Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC      | 17.621.538,34           | 50.950.754,81           |
| Contratos de Arrendamento a Pagar                       | -                       | (622.838,56)            |
| Fluxo de Caixa líquido das Atividades de Financiamentos | 17.621.538,34           | 50.327.916,25           |
|                                                         |                         |                         |
| Apuração do Fluxo de Caixa do Período                   |                         |                         |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA        | (682.739.957,01)        | (25.764.768,54)         |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL                   | 1.766.185.207,40        | 898.648.900,44          |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL                     | 1.083.445.250,39        | 872.884.131,90          |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

38. CONCILIAÇÃO SIAFI e DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

Em atenção ao Acórdão nº 2016, de 2006, do Tribunal de Contas da União (TCU), as estatais dependentes divulgam a conciliação entre as Demonstrações Contábeis apresentadas de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e aquelas promovidas conforme a Lei nº 4.320/1964, a saber:

Conciliação entre Lei nº 6.404/76 e Lei nº 4.320/64 extraída do SIAFI

| Lei nº 6.404/76 - BP |                  |                  | Lei nº 4.320/64 - BP SIAFI |                  | Diferenças Apuradas entre as Legislações |                 |
|----------------------|------------------|------------------|----------------------------|------------------|------------------------------------------|-----------------|
| ATIVO                | 31.03.2025       | 31.12.2024       | 31.03.2025                 | 31.12.2024       | 31.03.2025                               | 31.12.2024      |
| Circulante           | 1.913.973.550,75 | 2.608.379.599,49 | 1.913.973.550,75           | 2.666.254.446,21 | -                                        | -               |
| Não Circulante       | 1.408.061.569,19 | 1.329.051.235,24 | 1.408.061.569,19           | 1.329.051.235,24 | -                                        | -               |
| TOTAL DO ATIVO       | 3.322.035.119,94 | 3.937.430.834,73 | 3.322.035.119,94           | 3.995.305.681,45 | -                                        | (57.874.846,72) |

| Lei nº 6.404/76 - BP |                  |                  | Lei nº 4.320/64 - BP SIAFI |                  | Diferenças Apuradas entre as Legislações |                 |
|----------------------|------------------|------------------|----------------------------|------------------|------------------------------------------|-----------------|
| PASSIVO              | 31.03.2025       | 31.12.2024       | 31.03.2025                 | 31.12.2024       | 31.03.2025                               | 31.12.2024      |
| Circulante           | 1.951.445.357,97 | 1.861.045.733,90 | 1.951.445.357,97           | 1.861.045.733,90 | -                                        | -               |
| Não Circulante       | 1.338.283.342,02 | 1.977.536.395,37 | 1.334.278.699,84           | 1.977.536.395,37 | 4.004.642,18                             | -               |
| Patrimônio Líquido   | 36.311.062,13    | 98.848.705,46    | 36.311.062,13              | 156.723.552,18   | -                                        | -               |
| TOTAL DO PASSIVO     | 3.326.039.762,12 | 3.937.430.834,73 | 3.322.035.119,94           | 3.995.305.681,45 | 4.004.642,18                             | (57.874.846,72) |

| Lei nº 6.404/76 - BP |                    |                    | Lei nº 4.320/64 - BP SIAFI |                    | Diferenças Apuradas entre as Legislações |                 |
|----------------------|--------------------|--------------------|----------------------------|--------------------|------------------------------------------|-----------------|
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO   | 31.03.2025         | 31.12.2024         | 31.03.2025                 | 31.12.2024         | 31.03.2025                               | 31.12.2024      |
| Capital Social       | 1.136.787.560,37   | 1.136.787.560,37   | 1.136.787.560,37           | 1.136.787.560,37   | -                                        | -               |
| AFAC                 | 197.583.537,34     | 179.961.999,00     | 197.583.537,34             | 179.961.999,00     | -                                        | -               |
| Prejuízos Acumulados | (1.302.064.677,76) | (1.217.900.853,91) | (1.298.060.035,58)         | (1.160.026.007,19) | (4.004.642,18)                           | -               |
| TOTAL DO PL          | 32.306.419,95      | 98.848.705,46      | 36.311.062,13              | 156.723.552,18     | (4.004.642,18)                           | (57.874.846,72) |

38.1 CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS AO PASSIVO NÃO CIRCULANTE E PREJUÍZOS ACUMULADOS 2025

**Provisões Cíveis e Trabalhistas** – Houve redução das provisões cíveis no valo de R\$ 3.344.545,66 e aumento nas provisões trabalhistas no valor de R\$ 7.349.187,84 após fechamento do Siafi, resultando na diferença total de R\$ 4.004.642,18 no 1º Trimestre de 2025. A diferença apurada no exercício de 2024 tem relação com o reconhecimento, após o fechamento SIAFI, de valores fiscais a compensar junto a Receita Federal do Brasil.

6. OPINIÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

6.1. Os Auditores Independentes (Audilink Auditores & Consultores) apresentaram, a partir da avaliação do cumprimento dos aspectos relevantes de Contabilidade Societária (Attie, 2018), o Relatório Sobre a Revisão de Informações Contábeis Intermediárias, de 18 de junho de 2025 (SEI nº 50640339), com o fulcro nas NBCs - Nota Técnica - SEI 5 (50931661) SEI 23477.014999/2025-30 / pg. 4

[...]

### **Introdução**

Revisamos o balanço patrimonial intermediário da EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, bem como, as respectivas notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão**

**Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.**

### **Outros Assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

#### **Auditoria do período anterior**

As informações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas cujo relatório foi emitido em 24 de fevereiro de 2025.

[...]

## **7. CONSIDERAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA - AUDIN**

7.1. A AUDIN, lavrou a Nota Técnica - SEI nº 21/2025/AUDIN-EBSEH, de 18 de junho de 2025 (SEI nº 50630631), da qual decotamos o trecho a seguir (grifo e negrito nosso):

[...]

### **8. CONCLUSÃO:**

Considerando especificamente o escopo definido neste trabalho, executado o trabalho de auditoria interna, atuando-se como terceira linha e observando-se a necessária independência, no sentido de verificar a conformidade e a regularidade do processo de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, **é possível concluir que os saldos existentes nas contas do Siafi estão adequadamente representados nas demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2025, elaboradas com base na Lei nº 6.404/76, com exceção da situação apresentada nos achados nº 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.3, bem como o saldo da conta de Depósitos Judiciais.**

No que se refere aos aspectos da contabilidade pública, considerando o escopo avaliado, não foram identificadas inconformidades que prejudiquem a informação contábil apresentada.

[...]

- 7.1.1. Títulos dos Achados:
- 7.1.1.1. 6.2.1: Falha no controle e na contabilização realizada na conta de Obras em Andamento.
- 7.1.1.2. 6.2.2: Falha nos registros contábeis referente à folha de pagamentos.
- 7.1.1.3. 6.2.3: Falha nos registros contábeis e de pagamentos dos servidores cedidos à EBSERH.

7.2. Neste sentido, destacamos a questão dos depósitos judiciais, que representam valores depositados em juízo relacionados a processos judiciais em andamento. Como esses valores estão ligados a possíveis obrigações futuras, eles podem ser considerados uma garantia ou uma expectativa de pagamento. Assim, ao reconhecer uma provisão para contingências (que é uma estimativa de possíveis perdas decorrentes de processos judiciais, os depósitos judiciais atuam como um fator que reduz essa obrigação potencial. Dessa forma, é adequado classificar esses depósitos como um redutor da provisão para contingências), pois representam recursos disponíveis que podem ser utilizados para quitar ou diminuir o passivo contingente. Essa abordagem reflete uma visão mais realista da situação financeira da entidade.

7.3. Essa classificação está alinhada a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, buscando refletir de forma adequada a situação financeira da entidade ao considerar esses valores depositados em juízo.

7.4. A Empresa apresentou um saldo de depósitos judiciais no valor de R\$ 44.874.575,76 em 31 de março de 2025. No entanto, observamos que não há procedimentos estabelecidos para identificar quais desses saldos estão vinculados ao passivo de contingências, como a obtenção de extratos dos depósitos junto às instituições financeiras. Portanto, a ausência de rotinas impossibilita a correta reclassificação e apresentação destes saldos no passivo, conforme determina a norma contábil.

7.5. Ante o exposto, recomendamos que a Empresa implante uma rotina para obter extratos referentes aos depósitos judiciais das instituições financeiras, a fim de identificar a vinculação dos processos ao passivo de contingências. Assim, será possível realizar a devida reclassificação dos depósitos judiciais, quando for o caso, garantindo melhor apresentação nas DCs.

## 8. CONCLUSÃO

8.1. Ante o exposto, encaminhamos os autos em tela ao insigne CA, tendo em vista a subsidiar o cumprimento do art. 44, inciso XIV, do Estatuto Social da Empresa.

Anexos: I - Demonstrações Contábeis - DCs da Ebserh, do I Trimestre de 2025 (SEI nº 50385352)  
II - Relatório Sobre a Revisão de Informações Contábeis Intermediárias, de 18 de junho de 2025 (SEI nº 50640339).  
III - Nota Técnica - SEI nº 21/2025/AUDIN-EBSERH, de 18 de junho de 2025 (SEI nº 50630631).

Respeitosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**ROSÂNGELA COSTA SÜFFERT**

Presidente

Contadora - CRC 051277 RS

**LÚCIO CARLOS DE PINHO FILHO**

Membro Especialista em Contabilidade Societária

Contador - CRC 015240 DF

Auditor Independente - CNAI 6767 CFC

Perito Contábil - CNPC 6793 CFC

**ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR**

Membro do COAUD

Contador - CRC 016118 SC

## REFERÊNCIAS TÉCNICAS

Attie, W. (2018). *Auditoria: conceitos e aplicações*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

CFC. Disponível em: <<https://cfc.org.br/>>.

IFRS. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/>>.

Santos, A. *et al* (2022). *Manual prático de contabilidade societária: aplicável a todas sociedades*. 1. ed. São Paulo: Atlas.



Documento assinado eletronicamente por **Rosângela Costa Süffert, Membro do Comitê**, em 07/07/2025, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Carlos de Pinho Filho, Membro do Comitê**, em 07/07/2025, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50931661** e o código CRC **50B82CB3**.

**Referência:** Processo nº 23477.014999/2025-30 SEI nº 50931661